

Saúde amplia fiscalização em farmácias

Márcio Batista

Luiza Damé

A Procuradoria Geral do DF deu respaldo jurídico para que o Departamento de Fiscalização de Saúde (DpFS) feche as farmácias e drogarias que não tenham um responsável técnico durante o seu funcionamento. Até a emissão do parecer — que chegou ao DpFS na semana passada — havia dúvidas de interpretação da lei 5.991/73, que exige a permanência de um farmacêutico nos estabelecimentos no horário de atendimento ao público. Com o parecer, o Departamento vai intensificar a fiscalização.

A decisão do diretor do DpFS, Luiz Medeiros, reforça a proposta moralizadora do Conselho Regional de Farmácia (CRF) que também pretende fiscalizar o exercício profissional. “Não existe irresponsabilidade técnica”, ironiza a presidente do CRF, Eliane Ramos Teixeira, que ao assumir o cargo, no início deste mês, transferiu para Goiás o registro de farmacêuticos que moravam em Goiânia e eram responsáveis técnicos por estabelecimentos no DF. O “aluguel” do nome para proprietários de farmácias e drogarias é hoje uma prática comum em todo o País, constatada pelo Conselho Federal de Farmácia e pelos sindicatos dos proprietários de farmácias.

Cursos

Para o presidente do Conselho Federal de Farmácia, Thiers Ferreira, devido à formação recebida nos cursos universitários o profissional acaba interessando-se mais pela área de análises clínicas. Na opinião de Thiers, diante dessa

realidade é preciso modificar o currículo das faculdades de Farmácia para que se formem profissionais do medicamento.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, Wagner Giffoni, destacou que no acordo coletivo dos farmacêuticos há uma cláusula de pagamento das horas efetivamente trabalhadas, além do salário mensal de Cr\$ 309 mil, para incentivar a permanência dos profissionais nas farmácias. “Mesmo assim, eles preferem alugar o nome e partir para o serviço público ou laboratórios de análises”, explicou. Segundo Giffoni, por oito horas de trabalho diárias, os farmacêuticos recebem mais de Cr\$ 700 mil, atualizados mensalmente.

Diante desse quadro e da constatação do déficit de farmacêuticos em Brasília — para quase 500 farmácias e drogarias, muitas funcionando 24 horas por dia, são apenas 600 profissionais com jornada máxima de oito horas diárias —, o diretor do DpFS resolveu não ser intransigente na fiscalização. Somente será cobrada a presença de farmacêuticos em um turno de funcionamento das drogarias e durante a venda de medicamentos controlados — aqueles que podem ser vendidos apenas com receita médica específica.

Em nenhuma das 13 farmácias visitadas pela reportagem no Plano Piloto, Ceilândia e Taguatinga foram encontrados os responsáveis técnicos e em algumas a informação dos balconistas era que “ele só vem aqui uma vez por mês para revisar o estoque”.



Os balconistas só não receitam os medicamentos controlados. Há os remédios “bonificados”, que têm comissão dos laboratórios